

Sarney desconhece ação para prorrogar mandatos

18 ABR 1979

CORREIO BRAZILIENSE

O Presidente nacional da Arena senador José Sarney, disse ontem que desconhecia qualquer entendimento quanto à prorrogação dos mandatos dos dirigentes arenistas, através de expediente em que seriam adiadas as convenções. Mas assinalou que está definido, por sugestão sua, que na Lei Orgânica dos Partidos Políticos os partidos ficarão livres da tutela de seu funcionamento, inclusive podendo marcar as convenções para as datas mais convenientes.

Sobre a autodissolução dos partidos, através de dispositivos que permitiriam a constituição de novas agremiações e, com isso, o surgimento de blocos parlamentares provisórios, o dirigente nacional da Arena frisou que "isto se trata de uma especulação impossível, posto que a legislação não permite a dissolução dos partidos". Explicou que a orientação oferecida pela direção nacional a todos os diretórios é a de que formem chapas dando participação às minorias.

REFORMAS

O senador José Sarney acentuou que a Secretaria Geral da Arena já providenciou a elaboração de cartilhas de instrução com as normas que devem ser obedecidas nas convenções municipais e regionais, uma vez que o calendário previsto - renovação dos diretórios municipais em julho e estaduais em agosto - continua em vigor, sem nenhuma alteração.

O dirigente arenista ressaltou, entanto, que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos deverá ser enviada o mais breve possível ao Congresso, já que estão sendo feitos os estudos por uma comissão de alto nível designada pela direção do partido e presidida pelo deputado Prisco Viana, cujo trabalho estará concluído no dia 10 de maio, e no próprio Ministério da Justiça alguns aspectos estão sendo também analisados para melhor atender aos interesses das agremiações políticas.

Para Sarney, a única orientação é a de que todos os diretórios municipais e estaduais devem abrigar em suas respectivas composições as facções minoritárias, promovendo, assim, a integração do partido e a unidade partidária.

A Lei orgânica dos Partidos Políticos, todavia, deverá oferecer substanciais modificações, embora o presidente nacional da Arena desconheça as diretrizes no sentido de que as convenções serão adiadas e de que alguns dispositivos sejam incluídos, de modo a promover a autodissolução dos atuais partidos políticos.

VIOLÊNCIA

Ao comentar ontem a anunciada intenção do Governo em adiar, por seis meses, a realização das convenções que elegerão os diretórios municipais, regionais e nacionais do MDB e da Arena marcadas, respectivamente, para julho, agosto e setembro vindouros, o líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, qualificou de

"uma nova violência a renovação partidária".

Segundo acentuou, "qualquer prorrogação, mesmo camouflada com a desculpa do adiamento, é uma nova violência à renovação partidária. A idéia, aliada à da prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, se constituirá num desmentido à intenção redemocratizadora do Governo".

Indagado se a nova legislação partidária, que deverá regulamentar o artigo da Constituição que cuida da organização dos novos partidos políticos, não justificaria o adiamento, Freitas Nobre observou que não se deve "usar isso como pretexto para prorrogar mandatos". Quanto à notícia de que no bojo desta regulamentação estaria o fim dos atuais partidos, ele não quis emitir comentários sobre hipóteses.

Isso, só pode ser examinado face a um fato concreto. Como as coisas estão se desenvolvendo com certa rapidez, é bom esperar o fato concreto para se emitir opiniões a respeito.

CASUÍSMO

Já o vice-líder do MDB na Câmara, deputado Adhemar Santillo, depois de observar tratar-se de mais uma medida casuística do Governo, "dentre tantas outras que estão sendo anunciatas", observou que "isso faz parte de um plano do Governo para levar a Nação a debater o supérfluo, afastando-se do principal".

Em reforço de sua tese, Santillo chamou a atenção para o fato de que o noticiário da imprensa está sendo ocupado com o debate político de assuntos de menor importância em detrimento daqueles que ele considera do maior interesse nacional, "como o problema da inflação, a anistia ampla, geral e irrestrita e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte".

No meu entendimento, tudo isso faz parte de um plano para levar a Nação a debater sobre hipóteses, evitando o debate sobre aquilo que mais aflige o Governo, no momento, que é a inflação, aliada ao compromisso de reforçar as empresas multinacionais entregando-lhes as subsidiárias das empresas de economia mista, notadamente aquelas voltadas para os nossos minerais.

O vice-líder oposicionista lembrou entrevista do atual ministro das Minas e Energia, César Cals, anunciando a venda das subsidiárias da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, além da entrega de mais de 300 pesquisas realizadas pela CPRM para fazer lavras, "como também as empresas estatais já em pleno funcionamento".

Estamos pois discutindo o supérfluo e deixando o principal, disse Santillo ao comentar o adiamento das convenções partidárias e dos mandatos de prefeitos e vereadores, além do voto distrital.